



**Estudo alargado dos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP**

**FASE 1**

**PORTUGAL**

O presente relatório é parte integrante do *Estudo alargado dos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP* e apresenta a caracterização detalhada do sistema de ensino/educação superior de Portugal.

Matosinhos, 17 de março de 2023



## Índice

Lista de Tabelas.....	iv
Lista de abreviaturas e acrónimos .....	v
1. Quadro geral do sistema de ES em Portugal.....	1
1.1. Legislação fundamental .....	1
1.2. Instâncias/órgãos responsáveis e atuantes no ensino/educação superior .....	3
1.3. Autonomia Científica, Pedagógica e Disciplinar das IES .....	5
2. Instituições de Ensino Superior (IES).....	5
2.1. Número por Subsetor e Subsistema .....	5
2.2. Evolução .....	5
3. Ciclos de estudos/cursos.....	6
3.1. N.º de ciclos de estudos/cursos .....	6
3.2. Duração dos ciclos de estudos/cursos.....	7
3.3. Ciclos de estudos/cursos por áreas de educação e formação e por subsistema de ensino ..	7
4. Vagas, Sistema de Acesso, Candidatos, Estudantes Inscritos, e Diplomados .....	8
4.1. Número de vagas no sistema de ensino/educação superior.....	8
4.2. Sistema de acesso aos diferentes tipos de ciclos de estudos/cursos .....	10
4.3. Número de candidatos ao ensino/educação superior .....	10
4.4. Número de estudantes admitidos no 1.º ano, primeira vez .....	11
4.5. Número de estudantes inscritos .....	12
4.6. Número de diplomados.....	14
5. Docentes e Investigadores .....	15
6. Ensino a Distância.....	17
6.1. Caracterização quantitativa da oferta de ensino a distância (EaD) existente nas IES.....	17
6.2. Caracterização dos procedimentos, estratégias pedagógicas, formas de interação entre os pares e entre estes e os docentes, instrumentos de avaliação e outros elementos relevantes especificamente desenhados para o EaD.....	18

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de IES por subsetor e subsistema de ensino/educação superior.....	5
Tabela 2. Evolução do número de IES do subsistema universitário por subsetor.....	6
Tabela 3. Evolução do número de IES do subsistema politécnico por subsetor .....	6
Tabela 4. N.º de ciclos de estudos/cursos por tipo de IES.....	6
Tabela 5. Duração dos ciclos de estudos/cursos (em anos, semestres, número de ECTS ou número de horas de formação).....	7
Tabela 6. Número e tipos de ciclos de estudos/cursos em funcionamento por áreas de educação e formação e por subsistema de ensino .....	8
Tabela 7. Número de vagas no sistema de ensino/educação superior e sua evolução .....	9
Tabela 8. Número de candidatos ao ES e sua evolução (Concurso Nacional de Acesso) .....	10
Tabela 9. Número de estudantes admitidos no 1.º ano, primeira vez, e sua evolução.....	11
Tabela 10. Número de estudantes inscritos .....	12
Tabela 11. Número de diplomados .....	14
Tabela 12. Número de docentes e investigadores .....	15
Tabela 13. N.º de ciclos de estudos/cursos de EaD por tipo de IES (ano letivo 2020/21) .....	17
Tabela 14. Duração dos ciclos de estudos/cursos em modalidade de EaD e proporção do total efetivamente lecionada a distância (ano letivo 2020/21).....	18

## **Lista de abreviaturas e acrónimos**

A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior  
APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado  
CCSISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas  
CTeSP – Curso de Técnico Superior Profissional  
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência  
DGES – Direção Geral do Ensino Superior  
EaD – Educação a Distância  
ECTS – European Credit Transfer System  
ES – Ensino Superior  
ETI – Docentes Tempo Integral  
EUA – Associação Europeia de Universidades  
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
IES – Instituição de Ensino/Educação Superior  
IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência  
MCTES – Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
ME – Ministério da Educação  
RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior  
TIC – Tecnologias da informação e comunicação



## 1. Quadro geral do sistema de ES em Portugal<sup>1</sup>

Enquadrado e regulado pela legislação que se apresenta na secção 1.1, o ensino superior (ES) português assenta num sistema binário – ensino universitário e ensino politécnico – e é ministrado em instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. O ensino universitário é orientado por uma perspetiva de promoção da investigação e de criação do saber, visando assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de conceção, inovação e análise crítica. O ensino politécnico é orientado por uma perspetiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visando proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações, com vista ao exercício de atividades profissionais.

O ensino universitário compreende universidades, institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino politécnico inclui institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico. Todos os estabelecimentos de ES privado têm que obter o reconhecimento prévio de interesse público pelo Governo.

Na sequência das reformas introduzidas pelo designado “Processo de Bolonha”, foi adotada, em 2006, a estrutura de três ciclos de estudos conducentes aos graus académicos de Licenciado, Mestre e Doutor, que ficou totalmente implementada no ano letivo 2009/10. Em 2014, foi criado um ciclo de estudos superior não conferente de grau académico, denominado Curso Técnico Superior Profissional, que corresponde ao ciclo de estudos curto ligado ao 1.º ciclo previsto no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior.

Em 2022, estavam inscritos 43.3217 estudantes no ES (54% mulheres), 81% no ES público e 19% no ES privado. No subsistema universitário, estavam inscritos 63% dos estudantes e 37% no subsistema politécnico.

### 1.1. Legislação fundamental

- *Lei de Bases do Sistema Educativo* – Lei n.º 46/1986, alterada pelas Leis n.ºs 115/1997, 49/2005, 85/2009

Esta Lei e as suas subsequentes alterações estabelecem o quadro geral de todo o sistema educativo português, bem com os seus princípios gerais e organizativos e a sua estrutura (educação pré-escolar, ensino básico, secundário e superior – incluindo os respetivos graus e diplomas – e a atividade de investigação) bem como as modalidades especiais de educação escolar (abrangendo a educação especial, a formação profissional, o ensino de adultos, o ensino a distância e o ensino do português no estrangeiro). Estabelecem, ainda, os princípios gerais de apoio e complementos educativos, dos recursos humanos, dos recursos materiais, da administração do sistema educativo, do seu desenvolvimento e avaliação, e, ainda, do ensino particular e cooperativo. No que toca ao ES, a Lei estabelece o seu âmbito e objetivos; o acesso; a organização da formação; o reconhecimento e mobilidade; os graus académicos; os diplomas; os estabelecimentos; e a investigação científica no ES.

- *Princípios Reguladores de Instrumentos para a Criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (ECTS)* – Decreto-Lei n.º 42/2005, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008

Neste Decreto-Lei são instituídos os princípios reguladores dos instrumentos para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, consubstanciados, designadamente, pelo seguinte:

---

<sup>1</sup> Esta secção inclui trechos retirados diretamente dos diplomas legais e dos *websites* oficiais.

estrutura de três ciclos no ES segundo as orientações basicamente adotadas por todos os Estados signatários da Declaração de Bolonha; instituição de graus académicos comparáveis; organização curricular por unidades de crédito acumuláveis e transferíveis no âmbito nacional e internacional; e instrumentos de mobilidade estudantil no Espaço Europeu de Ensino Superior durante e após a formação. A criação de um novo sistema de créditos curriculares (ECTS – *European Credit Transfer System*), que substitui o anterior sistema de créditos consignado no Decreto-Lei n.º 173/1980, constitui um dos instrumentos mais relevantes desta política europeia de evolução do paradigma formativo.

- *Graus e Diplomas do Ensino Superior* – Decreto-Lei n.º 74/2006, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 107/2008, 230/2009, 115/2013, 63/2016, 65/2018 e 27/2021

Este Decreto-Lei teve por principal objetivo reorganizar e adequar o sistema de ES em Portugal em conformidade com o acordado na Conferência Ministerial Europeia realizada em Bergen, em 2005, sobre o designado Acordo de Bolonha. Nele se estabelece que as instituições de ensino universitário conferem os graus de Licenciado, Mestre e Doutor, e as instituições de ensino politécnico os graus de Licenciado e Mestre. O Decreto-Lei define a estrutura de cada ciclo de estudos conducente a cada um dos graus, e os princípios gerais a que fica sujeita a acreditação dos ciclos de estudos (condição indispensável ao seu funcionamento). Estabelece, ainda, que a acreditação dos ciclos de estudos compete à “Agência de Acreditação”. Registe-se que, no Decreto-Lei n.º 63/2016, completado pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, ficou previsto que, para além dos graus académicos de Licenciado e de Mestre, o ensino politécnico passaria a conferir o diploma de Técnico Superior Profissional, resultante de um ciclo curto de ES não inferior a 120 créditos. O diploma define, ainda, a atribuição de graus e diplomas em associação e a mobilidade.

- *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior* – Lei n.º 62/2007

Esta lei estabelece a constituição, a natureza e regime jurídico, a organização, as atribuições, a autonomia e o funcionamento das IES, incluindo a competência dos seus órgãos. A lei aplica-se a todas as IES públicas e privadas. Estabelece, ainda, a tutela e a fiscalização pública do Estado sobre as IES, no quadro da sua autonomia. Define, ainda, a missão do ES português e a natureza binária do sistema: ensino universitário e ensino politécnico. Estabelece que o ensino universitário se deve orientar para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, e o ensino politécnico se deve concentrar, especialmente, em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente. Para cada tipo de instituição, a lei fixa, ainda, os requisitos mínimos para a sua criação e funcionamento.

- *Avaliação do Ensino Superior* – Lei n.º 38/2007, alterada pela Lei n.º 94/2019

Nesta lei estabelece-se o regime jurídico da avaliação do ES, aplicando-se a todos os estabelecimentos de ES e a todos os seus ciclos de estudos. Nela se define o objeto e o âmbito da avaliação, os princípios gerais (incluindo os parâmetros, princípios e objetivos da avaliação da qualidade das IES) e as formas de avaliação. Define-se, ainda, que a avaliação da qualidade reveste as formas de autoavaliação e de avaliação externa (ficando esta última a cargo da Agência de Avaliação); institui-se, também, as formas de participação no processo de avaliação externa dos estudantes, das entidades externas e dos peritos internacionais (destacando a componente da internacionalização).



- *Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior* – Decreto-Lei n.º 369/2007  
Este Decreto-Lei cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) – fundação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública, constituída por tempo indeterminado – e aprova os respetivos estatutos. Fica consagrada no diploma a sua independência, quer face ao poder político, quer face às entidades avaliadas. Compete à Agência, nos termos previstos na lei, a avaliação e a acreditação das IES e dos seus ciclos de estudos (incluindo os sistemas de garantia da qualidade das instituições), bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ES.
- *Regime Jurídico do Ensino Superior Ministrado a Distância* – Decreto-Lei n.º 133/2019  
Este diploma supre as lacunas do anterior Decreto-Lei n.º 74/2006, criando um quadro claro dos princípios e regras de acreditação, organização e funcionamento da modalidade de ES a distância. O regime abrange todas as IES e aplica-se, apenas, aos ciclos de estudos conferentes de grau nos quais as unidades curriculares ministradas a distância correspondam a mais de 75% do seu total de créditos. O regime sustenta-se, especialmente, na cooperação da Universidade Aberta com as outras IES, através de redes e consórcios e ofertas de graus conjuntos. Para tal, é instituído um contrato entre o Estado e a Universidade Aberta (com o prazo de cinco anos), contemplando, entre outros, os objetivos da especialização desta universidade em competências e metodologias científicas e pedagógicas e em infraestruturas e sistemas de EaD, bem como o acesso generalizado e a disponibilização pública das competências, metodologias, infraestruturas e sistemas a todas as IES para a oferta conjunta de graus e diplomas em ciclos de estudos ministrados a distância.

## **1.2. Instâncias/órgãos responsáveis e atuantes no ensino/educação superior**

- *MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*  
O MCTES formula, conduz, executa e avalia a política nacional para a ciência, a tecnologia e o ES, incluindo a inovação de base científica e tecnológica, o espaço, as orientações em matéria de competências digitais, a computação científica, a difusão da cultura científica e tecnológica e a cooperação científica e tecnológica internacional, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.
- *IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência*  
A IGEC tem por missão assegurar a legalidade e regularidade dos atos praticados pelos órgãos, serviços e organismos do MCTES e do Ministério da Educação (ME), ou sujeitos à tutela dos respetivos membros do Governo, bem como o controlo, a auditoria e a fiscalização do funcionamento do sistema educativo no âmbito da educação pré-escolar, da educação escolar, compreendendo os ensinos básico, secundário e superior e integrando as modalidades especiais de educação, da educação extraescolar, da ciência e tecnologia e dos órgãos, serviços e organismos do MCTES e do ME.
- *DGES – Direção-Geral do Ensino Superior*  
A DGES tem por missão assegurar a conceção, a execução e a coordenação das políticas que, no âmbito do ES, cabem ao MCTES. De entre outras atribuições, cabe à DGEES gerir o Fundo de Ação Social e preparar a proposta de orçamento da ação social do ES e acompanhar a sua execução, bem como avaliar a qualidade dos serviços de ação social no ES, em articulação com a IGEC.
- *DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência*  
A DGEEC é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por missão garantir a produção e análise estatística da educação e

ciência, apoiando tecnicamente a formulação de políticas e o planeamento estratégico e operacional, criando e assegurando o bom funcionamento do sistema integrado de informação do ME e do MCTES, observando e avaliando globalmente os resultados obtidos pelos sistemas educativo e científico e tecnológico, em articulação com os demais serviços daqueles ministérios.

- *Conselho Coordenador do Ensino Superior*

O Conselho Coordenador do Ensino Superior é um órgão consultivo previsto no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) com a missão de aconselhamento no domínio da política de ES. É composto por especialistas em ES nomeados pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, representantes do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, e dos estudantes.

- *A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior*

No desenvolvimento da Lei n.º 38/2007, é instituída pelo Estado Português a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), que tem como fins a avaliação e a acreditação das IES e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ES.

- *FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia*

A FCT é tutelada pelo MCTES e iniciou atividades em 1997. É a agência pública nacional de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento. A FCT prossegue a sua missão de promoção do avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal por via da atribuição de financiamento, através de concursos de avaliação por pares, a projetos de investigação e desenvolvimento, da atribuição de bolsas e contratos a investigadores, bem como do apoio a centros de investigação competitivos e a infraestruturas de ponta.

- *CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas*

O CRUP é uma entidade de coordenação do ensino universitário em Portugal e membro da Associação Europeia de Universidades (EUA). O CRUP foi criado pelo Decreto-Lei n.º 107/79. O Decreto-Lei n.º 283/93 aprovou um novo estatuto jurídico para o CRUP, que sofreu, ainda, alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 89/2005 e pelo Decreto-Lei n.º 96/2019.

- *CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos*

O CCISP é o órgão de representação conjunta dos estabelecimentos públicos de ES politécnico e surgiu na sequência do Conselho Coordenador da Instalação dos Equipamentos de Ensino Superior Politécnico, criado pelo Decreto-Lei n.º 513-L1/79, e que tinha como principal função coordenar as comissões instaladoras dos Institutos Politécnicos e de Escolas não Integradas. O Decreto-Lei n.º 344/93 aprovou o atual estatuto do CCISP. Integram o CCISP todos os institutos superiores politécnicos públicos, bem como as escolas superiores não integradas.

- *APESP – Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado*

A APESP é uma associação das IES não estatais reconhecidas de interesse público nos termos do RJIES. Trata-se de uma associação de direito privado, que tem por objetivo primordial a representação e plena integração do ES privado ou cooperativo no sistema educativo português.

### 1.3. Autonomia Científica, Pedagógica e Disciplinar das IES

Nos termos do n.º 2 do Artigo 76 da Constituição da República Portuguesa, as universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.

Segundo o artigo 11.º do RJIES, que estabelece o regime de autonomia das IES,

- 1 - As IES públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza.
- 2 - A autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira das universidades encontra-se reconhecida pelo n.º 2 do artigo 76.º da Constituição.
- 3 - Face à respetiva entidade instituidora e face ao Estado, os estabelecimentos de ES privados gozam de autonomia pedagógica, científica e cultural.
- 4 - Cada IES tem estatutos próprios que, no respeito da lei, enunciam a sua missão, os seus objetivos pedagógicos e científicos, concretizam a sua autonomia e definem a sua estrutura orgânica.
- 5 - A autonomia das IES não preclui a tutela ou a fiscalização governamental, conforme se trate de instituições públicas ou privadas, nem a acreditação e a avaliação externa, nos termos da lei.

## 2. Instituições de Ensino Superior (IES)

### 2.1. Número por Subsetor e Subsistema

De acordo com os dados fornecidos pela DGES, existem em Portugal 99 IES. Destas, 37 pertencem ao subsistema universitário (14 do subsetor público, 21 do subsetor privado, e as restantes duas pertencentes a outro subsetor), e 62 IES pertencem ao subsistema politécnico (sendo que 20 pertencem ao subsetor público e 42 ao subsetor politécnico), de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1. Número de IES por subsetor e subsistema de ensino/educação superior

Subsistema Subsetor	Universitário	Politécnico	Total
Público	14	20	34
Privado	21	42	63
Outro (e.g., concordatário)	2	0	2
<b>Total</b>	37	62	99

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

No total, podemos, também, observar que cerca de um terço das IES em Portugal pertencem ao subsetor público (34 em 99 IES), e cerca de dois terços pertencem ao subsetor privado (63 em 99 IES). Apenas duas IES (em 99) não pertencem a qualquer destes dois subsetores, encontrando-se noutra situação.

### 2.2. Evolução

Os dados a que a equipa teve acesso à data de encerramento deste relatório não permitem fazer a análise da evolução do número de IES dos subsistemas universitário e politécnico por subsetor, já que foram disponibilizados os números finais à data do ano letivo 2020/21, não existindo dados disponíveis relativos aos períodos compreendidos entre 2011/12 e 2019/20. Assim, poderá, apenas, referir-se que,

em 2020/21 existiam, em Portugal, 37 IES do subsistema universitário e 62 do subsistema politécnico (Tabelas 2 e 3).

**Tabela 2. Evolução do número de IES do subsistema universitário por subsector**

Subsector	Ano letivo									
	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
Público										14
Privado										21
Outro (e.g., Concordatário)										2
<b>Total</b>										<b>37</b>

Fonte: Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

**Tabela 3. Evolução do número de IES do subsistema politécnico por subsector**

Subsector	Ano letivo									
	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
Público										20
Privado										42
Outro (e.g., Concordatário)										0
<b>Total</b>										<b>62</b>

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

### 3. Ciclos de estudos/cursos

#### 3.1. N.º de ciclos de estudos/cursos

De acordo com os números fornecidos, em Portugal, a oferta das IES centra-se, sobretudo, nos cursos de mestrado e mestrado integrado (3.678 e 1.082, respetivamente) e de licenciatura (2.230), seguindo-se os outros cursos não conferentes de grau académico (1.087) e os doutoramentos (171). Do total da oferta, 4.090 destes cursos/ciclos de estudos são oferecidos por IES pertencentes ao subsector público e 1.166 ao subsector privado (Tabela 4).

**Tabela 4. N.º de ciclos de estudos/cursos por tipo de IES**

Ciclos de estudos/cursos	N.º (Universidades)		N.º (Politécnicos)		N.º Universidades e Politécnicos		Total
	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	
Licenciaturas							2.230
Mestrados							3.678
Mestrados Integrados							1.082
Doutoramentos							171
Outros cursos*							1.087
	3.018		2.328		4.090	1.166	5.256

\* Cursos não conferentes de grau académico (e.g., Portugal, curso técnico superior profissional – CTeSP). Fonte: Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

### 3.2. Duração dos ciclos de estudos/cursos

Em Portugal, os cursos de licenciatura têm uma duração de três a quatro anos, dependendo do curso, conferindo entre 180 a 240 ECTS, respetivamente. Os cursos de mestrado têm uma duração entre um ano e meio a dois anos, também dependendo do curso, sendo atribuídos entre 90 a 120 ECTS, sendo que os cursos de mestrado integrado têm uma duração entre cinco e seis anos, com a atribuição de entre 300 a 360 ECTS (ver Nota 2). Os cursos de doutoramento têm uma duração entre três e quatro anos, pelo menos, com a conferência de entre 180 a 240 ECTS. Os Cursos de Técnico Superior Profissional (CTeSP) têm uma duração fixa de dois anos, a que estão atribuídos 120 ECTS (Tabela 5).

**Tabela 5. Duração dos ciclos de estudos/cursos (em anos, semestres, número de ECTS ou número de horas de formação)**

Ciclos de estudos/cursos	Duração do ciclo de estudos/curso			
	N.º de anos	N.º de semestres	N.º de ECTS	N.º de horas de formação
Licenciaturas	3 a 4	6 a 8	180 a 240	
Mestrados	1,5 a 2	3 a 4	90 a 120	
Mestrados Integrados <sup>2</sup>	6	10-12	300 a 360	
Doutoramentos	3 a 4	6 a 8	180 a 240	
CTeSP <sup>3</sup>	2	4	120	

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

### 3.3. Ciclos de estudos/cursos por áreas de educação e formação e por subsistema de ensino

A Tabela 6 fornece informação sobre o número e tipos de ciclos de estudos/cursos em funcionamento em Portugal por áreas de educação e formação. Não foi possível obter, tempo útil, dados por subsistema de ensino. Deste modo, é possível observar, para os dados obtidos, que a área de educação/formação com maior oferta de ciclos de estudos/cursos é a área das Ciências Sociais (com 2.610), seguida das áreas da Engenharia e Tecnologia (com 1.285) e das Humanidades (com 1.044). As áreas de educação/formação com menor oferta em Portugal de ciclos de estudos/cursos são as das Ciências Agrícolas (com 201), dos Serviços (682) e das Ciências Naturais (com 985).

<sup>2</sup> Em casos excecionais, o mestrado pode ter 60 créditos e uma duração normal de 2 semestres, nas seguintes situações: quando tenha uma forte orientação profissionalizante; seja consequência de uma prática estável e consolidada internacionalmente nessa especialidade.

<sup>3</sup> O CTeSP é um ciclo de estudos superior não conferente de grau académico, com 120 créditos ECTS e uma duração de dois anos, cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição do diploma de técnico superior profissional.

**Tabela 6. Número e tipos de ciclos de estudos/cursos em funcionamento por áreas de educação e formação e por subsistema de ensino**

Área de educação e formação	Ciclos de estudos/ cursos	N.º Universidades		N.º Politécnicos		Total
		Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	
<u>Ciências Naturais</u> (Matemática, Informática e Ciências da Informação, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências da Terra e relacionadas com o Ambiente, Ciências Biológicas, Outras Ciências Naturais)	Licenciaturas					985
	Mestrados					
	Mestrados Integrados					
	Doutoramentos					
	Outros cursos					
<u>Engenharia e Tecnologia</u> (Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrónica, Engenharia da Informação, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia de Materiais, Engenharia Médica, Engenharia Ambiental, Biotecnologia Ambiental, Biotecnologia Industrial, Nanotecnologia, Outras Engenharias e Tecnologias)	Licenciaturas					1.285
	Mestrados					
	Mestrados Integrados					
	Doutoramentos					
	Outros cursos					
<u>Ciências Médicas e da Saúde</u> (Medicina Básica, Medicina Clínica, Ciências da Saúde, Biotecnologia Médica, Outras Ciências Médicas)	Licenciaturas					991
	Mestrados					
	Mestrados Integrados					
	Doutoramentos					
	Outros cursos					
<u>Ciências Agrícolas</u> (Agricultura, Silvicultura e Pesca, Ciência Animal e de Laticínios, Ciências Veterinárias, Biotecnologia Agrícola, Outras Ciências Agrícolas)	Licenciaturas					210
	Mestrados					
	Mestrados Integrados					
	Doutoramentos					
	Outros cursos					
<u>Ciências Sociais</u> (Psicologia, Economia e Gestão, Ciências da Educação, Sociologia, Direito, Ciência Política, Geografia Social e Económica, <i>Media</i> e Comunicação, Outras Ciências Sociais)	Licenciaturas					2.610
	Mestrados					
	Mestrados Integrados					
	Doutoramentos					
	Outros cursos					
<u>Humanidades</u> (História e Arqueologia, Línguas e Literatura, Filosofia, Ética e Religião, Artes [Artes, História das Artes, Artes Cénicas, Música], Outras Humanidades)	Licenciaturas					1.044
	Mestrados					
	Mestrados Integrados					
	Doutoramentos					
	Outros cursos					
<u>Serviços</u>						682
<u>Desconhecido</u>						7

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

#### **4. Vagas, Sistema de Acesso, Candidatos, Estudantes Inscritos, e Diplomados**

##### **4.1. Número de vagas no sistema de ensino/educação superior**

A Tabela 7 detalha a evolução do número de vagas no ES português desde o ano letivo 2011/12 até ao ano letivo 2020/21. Os números são apresentados em termos do total nacional e especificados por área de educação e formação, por tipo de ciclo de estudos/curso e por tipo de IES. Quanto ao número total de vagas, podemos observar que este sofreu uma diminuição acentuada entre os anos letivos 2011/12 e 2014/15, com uma redução do número de vagas superior a 14.000 durante este período (de 86.883, em 2011/12, para 72.520, em 2014/15), tendo, a partir desse ano letivo, registado algumas oscilações, mas mantendo o número de vagas aproximadamente ao mesmo nível (73.158, em 2020/21).

Quanto ao número de vagas por área de educação e formação, a tendência da oferta manteve-se durante este período, com a área das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção a ser aquela que sempre disponibilizou o maior número de vagas, seguida da área das Ciências Empresariais, Administração e Direito e, depois, pelas áreas da Saúde e Proteção Social e das Ciências Sociais, Jornalismo e Informação. Durante este período, observou-se uma acentuada queda do número de vagas disponíveis na área da Educação, que se reduziram em mais de 40%, passando esta a ser uma das áreas com menor oferta de vagas disponível, a par das áreas da Agricultura, Silvicultura, Pescas e Ciências Veterinárias e das outras áreas, que se mantiveram com ofertas reduzidas ao longo deste período.

Relativamente ao número de vagas por tipo de ciclo de estudos/curso, não foi possível obter dados que permitam fazer esta análise.

Já em relação ao número de vagas por tipo de IES, podemos constatar que o ensino público universitário foi sempre o que disponibilizou o maior número de vagas, número esse que se manteve constante durante o período em análise, tal como o número de vagas no subsistema público politécnico. As maiores quedas no número de vagas durante o período em análise ocorreram, assim, no ensino privado universitário, com uma diminuição do número de vagas superior a 30%, e no ensino privado politécnico, com uma redução superior a 44% do número de vagas disponibilizadas.

**Tabela 7. Número de vagas no sistema de ensino/educação superior e sua evolução**

Ano letivo	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
<b>1. Total nacional</b>	<b>86.883</b>	<b>82.098</b>	<b>77.019</b>	<b>72.520</b>	<b>73.447</b>	<b>73.295</b>	<b>73.562</b>	<b>74.152</b>	<b>72.494</b>	<b>73.158</b>
<b>2. Por área de educação e formação</b>										
Educação	4.906	4.141	3.249	2.991	2.908	2.920	2.921	2.878	2.642	2.793
Artes e Humanidades	16.109	15.933	15.751	15.624	15.928	15.594	15.335	15.345	15.381	15.434
Ciências sociais, jornalismo e informação	14.024	13.278	12.805	11.887	12.403	12.861	12.736	12.631	12.562	12.997
Ciências empresariais, administração e direito	30.080	28.194	26.917	25.292	25.554	25.494	25.526	25.725	24.943	25.003
Ciências naturais, matemática e estatística	8.175	8.038	8.333	8.150	8.249	8.493	8.629	8.754	8.827	8.379
TIC	2.914	2.636	2.516	2.600	2.498	2.613	2.792	2.933	3.008	3.109
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	30.145	28.959	27.301	26.472	26.321	25.788	25.778	25.776	25.764	26.386
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	2.577	2.700	2.884	2.907	2.814	2.839	2.879	2.858	2.773	2.888
Saúde e proteção social	22.368	21.709	20.506	19.486	19.263	19.289	19.333	19.436	19.295	19.444
Serviços sociais	9.386	9.128	8.718	8.630	8.751	8.853	8.982	9.242	8.727	8.768
Área desconhecida	510	490	310	120	120	120	370	370	370	360
<b>3. Por tipo de ciclo de estudos/curso</b>										
Graus Preparatórios										
Bacharelatos										
Licenciaturas										
Pós-Bacharelatos										
Pós-Licenciaturas										
Mestrados										
Mestrados Integrados										
Doutoramentos										
Outros cursos nas IES Politécnicas										
Outros cursos nas IES Universitárias										
Outros cursos noutras IES										

**Tabela 7. Número de vagas no sistema de ensino/educação superior e sua evolução (Cont.)**

4. Por tipo de IES										
Universitária Pública	29.041	28.838	28.724	28.631	28.529	28.625	28.743	28.520	28.612	28.966
Universitária Privada	20.939	18.460	15.941	13.106	14.406	14.231	14.544	14.952	14.252	14.313
Politécnica Pública	25.270	24.270	23.547	23.008	22.833	22.944	22.976	23.276	23.186	23.437
Politécnica Privada	11.633	10.530	8.807	7.775	7.679	7.495	7.299	7.404	6.444	6.442
Outras IES										

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

Nota: Não inclui as formações ministradas na Universidade Aberta; inclui estabelecimentos não integrados em universidades; inclui estabelecimentos não integrados em institutos politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico; não inclui as vagas da Universidade Católica Portuguesa em 2014/15.

#### 4.2. Sistema de acesso aos diferentes tipos de ciclos de estudos/cursos

À data de encerramento deste relatório, não foram disponibilizados dados que permitam caraterizar o sistema de acesso aos diferentes tipos de ciclos de estudos/cursos em Portugal.

#### 4.3. Número de candidatos ao ensino/educação superior

A evolução do número de candidatas ao ES em Portugal e a sua evolução através dos dados do Concurso Nacional de Acesso é apresentada na Tabela 8, com dados disponíveis entre os anos letivos 2011/12 e 2020/21. Os dados apresentados referem-se, apenas, ao total nacional e por sexo, já que não existem dados disponíveis para a análise por área de educação e formação e por tipo de IES. Observa-se um aumento gradual do número de candidatas ao ensino/educação superior a partir do ano letivo 2014/15, sendo que, ao longo de todo o período em análise, se observa que existem mais candidatas do sexo feminino do que candidatas do sexo masculino. Esta divisão tem-se mantido estável ao longo do tempo, com 42-44% dos candidatos do sexo masculino contra 56-58% das candidatas do sexo feminino.

**Tabela 8. Número de candidatas ao ES e sua evolução (Concurso Nacional de Acesso)**

Ano letivo	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
<b>1. Total nacional</b>				50 060	54 450	56 417	58 786	55 408	57 156	
<b>2. Por tipo de ciclo de estudos/curso</b>										
Graus Preparatórios										
Bacharelatos										
Licenciaturas										
Pós-Bacharelatos										
Pós-Licenciaturas										
Mestrados										
Mestrados Integrados										
Outros cursos nas IES Politécnicas										
Outros cursos nas IES Universitárias										
Outros cursos noutras IES										
<b>3. Por sexo</b>										
Masculino				20 989	24 434	24 292	25 520	23 766	24 739	
Feminino				29 071	31 016	32 125	33 266	31 992	32 417	
<b>4. Por área de educação e formação</b>										
Ciências Naturais										
Engenharia e Tecnologia										
Ciências Médicas e da Saúde										
Ciências Agrícolas										
Ciências Sociais										
Humanidades										



**Tabela 8. Número de candidatos ao ES e sua evolução (Concurso Nacional de Acesso) (Cont.)**

5. Por tipo de IES										
Universitária Pública										
Universitária Privada										
Politécnica Pública										
Politécnica Privada										
Outras IES										

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

#### 4.4. Número de estudantes admitidos no 1.º ano, primeira vez

Na Tabela 9 está apresentada a evolução do número de estudantes admitidos no 1.º ano do ES, pela primeira vez, ao longo do período compreendido entre os anos letivos 2011/12 e 2020/21, tendo em conta as mesmas variáveis utilizadas no ponto anterior.

É possível, então, observar que, durante o período em análise, se verificou um aumento significativo do número de estudantes que foram admitidos no 1.º ano do ES pela primeira vez, registando um aumento de quase 40% entre os anos letivos 2013/14 e 2020/21. A maioria destes estudantes admitidos no 1.º ano pela primeira vez entraram em ciclos de estudos/cursos de Licenciatura, representando mais de metade dos admitidos, seguindo-se os estudantes do 2.º Ciclo e Mestrados Integrados. Registou-se, também, um aumento muito expressivo do número de estudantes admitidos no 1.º ano de CTeSPs, desde a sua introdução no ano letivo 2014/15.

A distribuição por sexo manteve-se ao longo do período analisado, sendo que, entre 44-46% dos estudantes admitidos no 1.º ano pela primeira vez são do sexo masculino e entre 54-56% são do sexo feminino. A área das Ciências Empresariais, Administração e Direito foi a área de educação e formação com mais estudantes admitidos no 1.º ano pela primeira vez durante este período, seguindo-se as áreas da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, da Saúde e Proteção Social, e das Ciências Sociais, Jornalismo e Informação.

Metade dos estudantes admitidos no 1.º ano pela primeira vez, entre os anos letivos em análise, entraram em IES do subsistema público universitário, subsistema este que sofreu uma ligeira quebra, por contrapartida ao subsistema público politécnico, que a absorveu.

**Tabela 9. Número de estudantes admitidos no 1.º ano, primeira vez, e sua evolução**

Ano letivo	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
<b>1. Total nacional</b>	116 576	106 249	103 638	104 255	112 701	113 915	122 811	126 345	133 322	144 528
<b>2. Por tipo de ciclo de estudos/curso</b>										
Graus Preparatórios										
CTeSP	-	-	-	395	6 149	6 461	6 965	8 510	9 356	9 685
Licenciaturas	65 150	60 462	57 777	58 808	60 840	59 684	64 869	64 318	68 174	76 667
Complemento de formação	21	-	36	188	32	-	-	-	-	-
Especializações	3 308	2 091	2 606	2 815	2 808	2 835	2 594	2 501	2 729	2 584
Mestrados	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Mestrados Integrados	11 595	11 238	10 703	10 614	11 008	11 583	12 021	12 469	12 485	13 132
Mestrado 2.º ciclo	31 277	27 922	27 597	26 943	27 305	28 432	31 085	33 184	34 886	36 321
Doutoramento 3.º ciclo	5 213	4 533	4 919	4 492	4 559	4 920	5 277	5 363	5 692	6 139
Doutoramento	4									
<b>3. Por sexo</b>										
Masculino	51 550	47 237	46 120	45 900	51 346	50 959	55 214	56 057	59 604	66 266
Feminino	65 026	59 012	57 518	58 355	61 355	62 956	67 597	70 288	73 718	78 262

**Tabela 9. Número de estudantes admitidos no 1.º ano, primeira vez, e sua evolução (Cont.)**

<b>4. Por área de educação e formação</b>										
Educação	9 951	7 582	6 170	5 797	5 467	4 876	5 041	4 857	5 431	6 239
Artes e humanidades	12 256	11 486	11 859	11 796	12 521	13 036	14 133	14 610	15 098	15 486
Ciências sociais, jornalismo e informação	13 762	12 379	12 715	12 814	12 839	13 383	14 348	14 728	15 938	17 748
Ciências empresariais, administração e direito	25 927	24 327	24 215	25 259	26 483	26 909	29 357	30 986	32 650	35 162
Ciências naturais, matemática e estatística	6 840	6 978	7 162	6 423	6 913	7 095	7 799	7 759	8 214	8 776
Tecnologias da informação e comunicação (TICs)	2 159	1 672	1 783	1 905	3 145	3 387	3 804	3 769	4 176	4 696
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	20 210	19 142	17 794	17 650	20 429	20 180	21 685	22 251	23 178	24 906
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	1 826	1 697	1 816	1 853	2 497	2 214	2 503	2 449	2 600	2 993
Saúde e proteção social	16 594	14 378	13 498	14 003	14 380	15 280	15 691	16 255	17 035	18 285
Serviços	7 015	6 550	6 562	6 690	7 960	7 489	8 381	8 596	8 916	10 125
Área desconhecida	36	58	64	65	67	66	69	85	86	112
<b>5. Por tipo de IES</b>										
Universitária Pública	60 899	57 396	57 500	56 140	56 558	57 996	61 449	62 871	65 746	70 299
Universitária Privada	15 214	12 416	12 176	12 453	13 207	13 182	15 480	15 801	16 418	17 746
Politécnica Pública	33 582	31 671	29 881	31 185	37 251	36 933	39 044	40 079	42 925	47 459
Politécnica Privada	6 881	4 766	4 081	4 477	5 685	5 804	6 838	7 594	8 233	9 024

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

#### 4.5. Número de estudantes inscritos

A Tabela 10 mostra a evolução do número de estudantes inscritos no ES, em Portugal, por tipo de ciclo de estudos/curso, sexo, área de educação e formação e por tipo de IES entre os anos letivos 2011/12 e 2020/21.

**Tabela 10. Número de estudantes inscritos**

Ano letivo	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
<b>1. Total nacional</b>	390 273	371 000	362 200	349 658	356 399	361 943	372 753	385 247	396 909	411 995
<b>2. Por tipo de ciclo de estudos/curso</b>										
Graus Preparatórios										
CTeSP	-	-	-	395	6 430	11 048	12 780	15 423	17 409	18 128
Licenciaturas 1.º ciclo	246 113	231 468	220 786	212 275	211 619	210 963	216 471	219 615	227 075	236 116
Licenciaturas	59	5	1							
Complemento de formação	25	1	36	196	32					
Especializações	3 990	2 790	3 431	3 804	3 819	3 805	3 414	3 289	3 411	3 496
Mestrados	14	16								
Mestrados Integrados	62 556	62 884	62 810	59 787	60 692	60 502	60 799	62 657	62 100	63 142
Mestrados integrados terminais	131	164	140	154	160	182	194	197	193	209
Mestrado 2.º ciclo	58 172	54 201	54 751	53 582	54 433	55 684	58 643	62 976	64 957	67 359
Doutoramento 3.º ciclo	17 762	18 584	19 801	19 307	19 161	19 748	20 450	21 089	21 763	23 544
Doutoramento	1 451	887	444	158	53	11	2	1	1	1

**Tabela 10. Número de estudantes inscritos (Cont.)**

<b>3. Por sexo</b>	181	173	168	162	166	167	172	176	182	191
Masculino	515	745	252	323	117	919	235	660	178	144
Feminino	208	197	193	187	190	194	200	208	214	220
	758	255	948	335	282	024	518	587	731	851
<b>4. Por área de educação e formação</b>										
Educação	22 374	19 275	17 208	15 049	13 969	13 603	13 084	12 685	13 051	13 781
Artes e humanidades	37 271	35 846	35 492	35 375	36 285	37 558	38 995	40 346	41 357	42 069
Ciências sociais, jornalismo e informação	43 043	40 262	39 840	38 598	38 082	39 132	40 280	41 529	43 554	46 492
Ciências empresariais, administração e direito	78 972	75 622	74 779	73 487	75 718	76 820	80 468	85 008	87 843	91 791
Ciências naturais, matemática e estatística	21 317	21 872	22 006	21 121	21 193	21 455	22 311	22 702	23 671	23 977
Tecnologias da informação e comunicação (TICs)	7 280	6 704	6 272	6 011	7 457	8 752	9 708	10 164	10 760	11 630
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	89 388	85 871	81 577	76 953	78 390	78 027	78 830	81 137	82 298	84 262
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	7 232	7 043	6 967	6 810	7 778	8 047	8 236	8 422	8 786	9 055
Saúde e proteção social	61 963	57 723	57 194	55 530	55 406	56 113	57 518	58 986	60 712	62 748
Serviços	21 057	20 533	20 522	20 385	21 705	22 198	22 990	24 001	24 600	25 882
Área desconhecida	376	249	343	339	416	238	333	267	277	308
<b>5. Por tipo de IES</b>	197	197	198	191	191	192	195	199	202	208
Universitária Pública	912	036	380	707	633	201	199	388	188	227
Universitária Privada	55 147	48 716	44 495	42 666	42 981	43 013	46 036	48 479	51 272	53 072
Politécnica Pública	113	106	103	100	106	110	113	116	121	126
Politécnica Privada	662	674	274	652	251	395	290	801	566	912
Outras IES	23 552	18 574	16 051	14 633	15 534	16 334	18 228	20 579	21 883	23 784

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

Através da análise dos dados gerais, observa-se que, depois de uma queda de cerca de 40.000 estudantes matriculados no ES entre os anos letivos 2011/12 e 2014/15, este número tem vindo consistentemente a aumentar ao longo tempo, ultrapassando a barreira dos 400.000 estudantes inscritos no ES no ano letivo 2020/21. A maior parte destes estudantes, mais de metade, estão inscritos em ciclos de estudos/cursos de Licenciatura, seguindo-se os estudantes em Mestrado/2.º Ciclo, Mestrados Integrados, Doutoramento/3.º Ciclo e CTESP. Em termos de sexo, assiste-se a uma maioria de estudantes do sexo feminino inscritos nas IES, que ronda os 53-54% ao longo do período em análise.

Quanto às áreas de educação e formação, as duas áreas com maior número de estudantes inscritos são as Ciências Empresariais, Administração e Direito e as Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção, seguidas da Saúde e Proteção Social, Ciências Sociais, Jornalismo e Direito, e Artes e Humanidades. Ao longo deste período é de destacar igualmente a quebra para cerca de metade do número de estudantes inscritos na área da Educação.

Durante este período de 10 anos letivos em análise, as universidades públicas são as que absorvem mais de metade (51-55%) dos estudantes inscritos em IES, seguida dos politécnicos públicos (29-31%), sendo que os restantes estudantes frequentam universidades privadas (12-14%) e politécnicos privados (4-6%).

#### 4.6. Número de diplomados

Relativamente ao número de diplomados do sistema de ES em Portugal, a Tabela 11 apresenta a evolução, ao longo dos últimos 10 anos letivos, i.e., de 2011/12 a 2020/21, deste número, considerando as mesmas variáveis utilizadas nos subpontos anteriores.

A um nível geral, durante o período de tempo analisado, observa-se que o número de diplomados aumentou, embora devendo ser feita uma distinção entre dois períodos específicos. Entre os anos letivos 2011/12 e 2015/16, o número de diplomados do ES diminuiu em cerca de 6.000 diplomados, sendo que, a partir desse ano, retomou uma tendência de crescimento, ultrapassando os 90.000 diplomados no ano letivo 2020/21. Destes, a esmagadora maioria provém de Licenciaturas, seguidos dos Mestrados 2.º Ciclo e Mestrados Integrados.

**Tabela 11. Número de diplomados**

Ano letivo	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21
<b>1. Total nacional</b>	<b>79.034</b>	<b>78.947</b>	<b>74.129</b>	<b>74.757</b>	<b>73.086</b>	<b>77.034</b>	<b>79.849</b>	<b>81.138</b>	<b>85.799</b>	<b>90.920</b>
<b>2. Por tipo de ciclo de estudos/curso</b>										
Curso técnico superior profissional	-	-	-	-	170	3 213	3 756	4 181	4 791	5 162
Bacharelato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenciatura 1.º ciclo	50.906	51.467	47.592	47.194	46.522	47.280	48.808	49.085	52.832	55.566
Licenciatura bietápica (1.º ciclo)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curso de estudos superiores especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Complemento de formação	58	-	-	300	28	-	-	-	-	-
Bacharelato em ensino + licenciatura em ensino	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacharelato/Licenciatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenciatura bietápica (2.º ciclo)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenciatura	43	3	1	-	-	-	-	-	-	-
Licenciatura terminal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mestrado integrado	7.797	7.698	7.831	8.166	8.469	8.386	8.461	8.279	8.035	8.343
Mestrado 2.º ciclo	18.335	17.278	16.198	16.746	15.553	16.020	16.558	17.490	18.200	19.769
Mestrado	32	38	4	-	-	-	-	-	-	-
Doutoramento 3.º ciclo	1.538	2.098	2.313	2.244	2.322	2.131	2.258	2.102	1.940	2.080
Doutoramento	321	365	190	107	22	4	8	1	1	-
<b>3. Por sexo</b>										
Masculino	31.718	32.124	30.463	.11	30.208	32.422	33.401	33.869	35.952	37.691
Feminino	47.316	46.823	43.666	44.346	42.878	44.612	46.448	47.269	49.847	53.229
<b>4. Por área de educação e formação</b>										
Educação	6.994	6.138	5.234	5.161	3.861	3.702	3.526	3.433	3.539	3.477
Artes e humanidades	6.946	7.403	7.104	6.742	6.875	7.693	8.045	8.142	8.162	9.231
Ciências sociais, jornalismo e informação	9.489	8.929	8.336	8.479	8.247	8.427	8.905	8.932	9.792	10.307
Ciências empresariais, administração e direito	14.520	14.609	13.618	13.950	13.944	14.915	16.178	16.630	18.310	19.969
Ciências naturais, matemática e estatística	4.379	4.578	4.471	4.661	4.810	4.828	4.897	4.940	5.317	5.636
Tecnologias da informação e comunicação (TICs)	1.048	1.055	919	862	857	1.479	1.745	1.841	2.200	2.292

**Tabela 11. Número de diplomados (Cont.)**

Engenharia, indústrias transformadoras e construção	15.713	16.333	15.083	15.338	15.545	16.105	15.635	15.926	16.356	17.275
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	1.067	1.259	1.301	1.408	1.416	1.711	1.874	1.955	2.190	1.848
Saúde e proteção social	14.751	14.430	13.793	13.885	13.305	13.412	13.972	14.061	14.373	14.884
Serviços	4.127	4.213	4.262	4.250	4.204	4.735	5.032	5.240	5.532	5.952
Área desconhecida	-	-	8	21	22	27	40	38	28	49
<b>5. Por tipo de IES</b>										
Universitária Pública	39.248	41.709	39.984	41.126	42.082	42.074	42.663	43.023	44.795	46.557
Universitária Privada	12.796	11.520	10.292	9.974	8.986	9.261	9.790	10.001	10.827	12.060
Politécnica Pública	20.676	20.460	19.584	19.876	18.794	21.983	23.102	23.384	25.011	26.328
Politécnica Privada	6.314	5.258	4.269	3.781	3.224	3.716	4.294	4.730	5.166	5.975
Outras IES										

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

Relativamente ao sexo dos diplomados, observa-se que as diferenças se acentuam. Durante o período em análise, 58-60% dos diplomados do ES eram do sexo feminino, enquanto apenas 40-42% eram do sexo masculino. A composição do número de diplomados por área de educação e formação tem uma composição que segue em linha com a composição destes ciclos de estudos/cursos ao nível dos estudantes inscritos, sendo que o mesmo se verifica em relação aos diplomados por tipo de IES, com o ensino público universitário e politécnico a formarem quase dois terços dos diplomados a nível nacional.

## 5. Docentes e Investigadores

A Tabela 12 fornece dados sobre o número de docentes e investigadores a nível nacional, nas IES de Portugal. Portugal conta com 38.667 docentes do ES e com 1.705 investigadores. Ao contrário da composição do corpo de estudantes inscritos, diplomados e candidatos ao ES, bem como dos investigadores, existem mais docentes do sexo masculino em Portugal do que do sexo feminino. Quase três quintos dos docentes nas IES portuguesas têm como habilitação académica mais elevada o Doutoramento, sendo que cerca de um quinto tem como habilitação académica mais elevada o Mestrado e, também, cerca de um quinto ainda tem como habilitação académica mais elevada a Licenciatura.

**Tabela 12. Número de docentes e investigadores**

	N.º docentes (Total)	N.º docentes tempo integral (ETI)	N.º docentes tempo parcial	Investigadores	Total
<b>1. Total nacional</b>	38.667	26672,5		1.705	
<b>2. Por sexo</b>					
Masculino	20.798	14474,4		789	
Feminino	17.869	12198,1		916	
<b>3. Por habilitação académica mais elevada</b>					
Bacharelato	66	17,9		Investigador auxiliar	264
Licenciatura	6.755	1 133,6		Investigador auxiliar com habilitação	0
Mestrado	8.960	4 431,8		Investigador auxiliar convidado	135

**Tabela 12. Número de docentes e investigadores (Portugal) (Cont.)**

Doutoramento	22.473	19.006,9		Investigador coordenador	34	
Outra	413	75,1		Investigador coordenador convidado	6	
				Investigador especialista	21	
				Investigador júnior	436	
				Investigador principal	115	
				Investigador principal com habilitação	0	
				Investigador principal convidado	23	
				Estagiário de investigação	24	
				Contratos de investigação	0	
				Bolsas de investigação	609	
				Assistente de investigação	38	
<b>4. Por categoria profissional</b>						
<b>4.1. Ensino/educação superior universitária</b>						
Outras categorias	961	379,5				
Carreira de investigação	818	814,8				
Monitor	298	103,2				
Leitor	395	183,9				
Assistente	5.613	1 787,3				
Prof. Auxiliar	10.529	8 371,2				
Prof. Associado	3.529	3 261,6				
Prof. Catedrático	1.512	1 335,4				
<b>4.2. Ensino/educação superior politécnica</b>						
Carreira de investigação	23	22,5				
Monitor	40	20,8				
Assistente	5.402	2 442,2				
Professor Adjunto	7.349	6 077,9				
Professor Coordenador c/ agregação	1.482	1 360,2				
Professor Coordenador Principal	69	66,2				
Outras categorias	738	445,6				
<b>5. Por tipo de IES</b>						
Universitária Pública	18.554	12 676,1			1.543	
Universitária Privada	4.695	3 560,9				
Politécnica Pública	11.818	8 495,2				
Politécnica Privada	3.285	1 940,3			162	
Outras IES						

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

Quanto à carreira no subsistema do ensino universitário, cerca de 45% dos docentes nas IES portuguesas está na categoria de professor auxiliar, 24% são assistentes, 15% são professores associados e 6% são professores catedráticos, sendo que os restantes se encontram noutras categorias (investigação,

leitores, monitores e outros). Quanto ao subsistema politécnico, cerca de metade dos docentes são professores adjuntos, 36% são professores assistentes e 10% são professores coordenadores (com agregação e principal). O número de docentes no ensino politécnico noutras categorias (investigação, monitores e outros) é residual.

Quanto ao tipo de IES onde estes lecionam, a distribuição é idêntica à do corpo estudantil. Cerca de metade (48%) dos docentes do ES lecionam em universidades públicas, seguidas dos politécnicos públicos (31%), sendo que apenas 12% dos docentes do ES lecionam em universidades privadas, e 9% em politécnicos privados. Já em relação aos investigadores, a esmagadora maioria, 90%, exerce funções no subsistema público, por contrapartida a apenas 10% que as exercem no setor privado.

Em relação aos investigadores, o maior grupo é constituído por bolsiros de investigação (36%), seguido dos investigadores júnior (26%) e dos investigadores auxiliares (15%). Os investigadores principais representam cerca de 8% do pessoal de investigação.

## 6. Ensino a Distância

### 6.1. Caracterização quantitativa da oferta de ensino a distância (EaD) existente nas IES

Em relação à oferta de ciclos de estudos/cursos sob a forma de EaD, a Tabela 13 oferece a caracterização quantitativa desta oferta para o ano letivo 2020/21.

**Tabela 13. N.º de ciclos de estudos/cursos de EaD por tipo de IES (ano letivo 2020/21)**

Ciclos de estudos/cursos	N.º (Universidades)		N.º (Politécnicos)		N.º (Outras IES)		Total
	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	
Licenciaturas	0	6	1	1			8
Mestrados	2	10	0	2			14
Doutoramento	3	1	0	0			4

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

Nota: Estes são os ciclos de estudos referenciados no sistema como EaD, mas poderá haver ciclos de estudos em modalidade de EaD não referenciados como tal.

Com efeito, através da análise à Tabela 14, é possível concluir que, para o ano letivo 2020/21, existem oito Licenciaturas, 14 Mestrados e quatro Doutoramentos que são oferecidos por IES portuguesas através da modalidade de EaD. Esta oferta, excetuando o caso dos Doutoramentos, é maioritariamente oferecida pelo subsistema do ensino universitário privado (seis em oito Licenciaturas, e 10 em 14 Mestrados).

**Tabela 14. Duração dos ciclos de estudos/cursos em modalidade de EaD e proporção do total efetivamente lecionada a distância (ano letivo 2020/21)**

Ciclos de estudos/cursos	Duração dos ciclos de estudos/cursos				Proporção lecionada a distância
	N.º de anos	N.º de semestres	N.º de ECTS	N.º de horas de formação	
Licenciaturas	3	6	180		Mais de 75% dos créditos em EaD
Mestrados	2	4	120		Mais de 75% dos créditos em EaD
Outros mestrados	1	2	60		Mais de 75% dos créditos em EaD
Outros mestrados	1,5	3	90		Mais de 75% dos créditos em EaD
Doutoramentos	4	8	240		Mais de 75% dos créditos em EaD

Fonte: Dados fornecidos pelo ponto focal de Portugal.

Nota: Estes são os ciclos de estudos referenciados no sistema como EaD, mas poderá haver ciclos de estudos em modalidade de EaD não referenciados como tal.

Em relação à duração dos ciclos de estudos/cursos em modalidade de EaD e, principalmente, a proporção efetivamente lecionada a distância, para o ano letivo 2020/21, verifica-se que, para todos os ciclos de estudos/cursos lecionados neste regime, mais de 75% dos créditos são lecionados e atribuídos em EaD (Tabela 14).

## **6.2. Caracterização dos procedimentos, estratégias pedagógicas, formas de interação entre os pares e entre estes e os docentes, instrumentos de avaliação e outros elementos relevantes especificamente desenhados para o EaD**

Decorrente da implementação de ciclos de estudos/cursos (ou parte deles) em regime de EaD, no ES em Portugal, segue-se uma caracterização dos procedimentos, estratégias pedagógicas, formas de interação entre os pares e entre estes e os docentes, instrumentos de avaliação e outros elementos relevantes especificamente desenhados para o regime de EaD.

Relativamente aos procedimentos, é de notar que a programação das unidades curriculares deverá ser da responsabilidade dos docentes, que deverão elaborar o plano da unidade curricular e, também, superintender todo o processo de avaliação, nomeadamente no estabelecimento dos critérios de avaliação e de classificação de todos os instrumentos de avaliação previstos para as respetivas unidades curriculares. Poderão, também, existir duas modalidades de aulas: aulas virtuais, totalmente online, e aulas mistas, também com sessões de natureza síncrona, nomeadamente presencial.

Quanto às estratégias pedagógicas a adotar, ao invés de privilegiar a transmissão de conteúdos e a avaliação dos conhecimentos que um estudante foi capaz de reter, os docentes deverão atuar como facilitadores dos processos de aprendizagem, auxiliando os estudantes a desenvolver capacidades metacognitivas, organizando a colaboração e estimulando a interação na comunidade de aprendizagem. Os processos de ensino-aprendizagem devem ser contínuos, ocorrendo independentemente do tempo e do lugar onde se encontram os docentes e os estudantes, e os docentes poderão preparar conteúdos multimédia para visualização pelos estudantes no momento que estes considerem adequados.

Em relação às formas de interação entre os pares e entre estes e os docentes, tendo em conta que poderão existir modelos totalmente virtuais e modelos mistos, poderão, também, ser estabelecidas formas de interação síncrona ou assíncrona (utilizando vários meios, tais como *chat*, videoconferência, fórum, *blog*, *wiki*, etc.). A interação entre pares poderá ser motivada através da criação de grupos de discussão, implicando o seu planeamento prévio e estratégias de ativação da aprendizagem, de modo a



estimular a iniciativa e o envolvimento dos estudantes, bem como a garantir o seu empenhamento e orientar a natureza do seu trabalho. A interação entre os estudantes e os docentes poderá ocorrer durante as discussões gerais do grupo, que serão moderadas pelo docente. A estes momentos poderão somar-se ‘tutoria individuais’, quando se torne necessário fazer um acompanhamento individualizado de trabalhos de investigação.

Finalmente, quanto aos instrumentos de avaliação, esta deverá ser adequada a cada uma das unidades curriculares e aos seus *learning outcomes*, mas poderá passar por um modelo de avaliação contínua de modo virtual e/ou ser complementada por uma parte presencial, que poderá assumir a forma de uma prova escrita ou apresentação de projeto, trabalho, etc.